



**CEPAL**

COMISION ECONOMICA PARA

AMERICA LATINA

CENTRO LATINOAMERICANO DE DOCUMENTACION  
ECONOMICA Y SOCIAL

**CLADES**

Reunión Técnica sobre Terminología del Desarrollo  
Económico y Social: el Macrothesaurus de la OCDE

Santiago de Chile, 1 al 3 de julio de 1981

Distri.  
RESTRINGIDA

E/CEPAL/Sem.1/R.6  
Junio de 1981

ORIGINAL: PORTUGUES

**BIBLIOTECA NACIONES UNIDAS MEXICO**

A EXPERIENCIA DE PLANEJAMENTO E TRANSFERENCIA  
DE INFORMACAO

POR

CARMOSINA N. FERREIRA \*

\* La autora es funcionaria de IPEA/INPES, Rio de Janeiro, Brasil. Las opiniones expresadas en este documento son de exclusiva responsabilidad de la autora y no representan el pensamiento de la CEPAL.

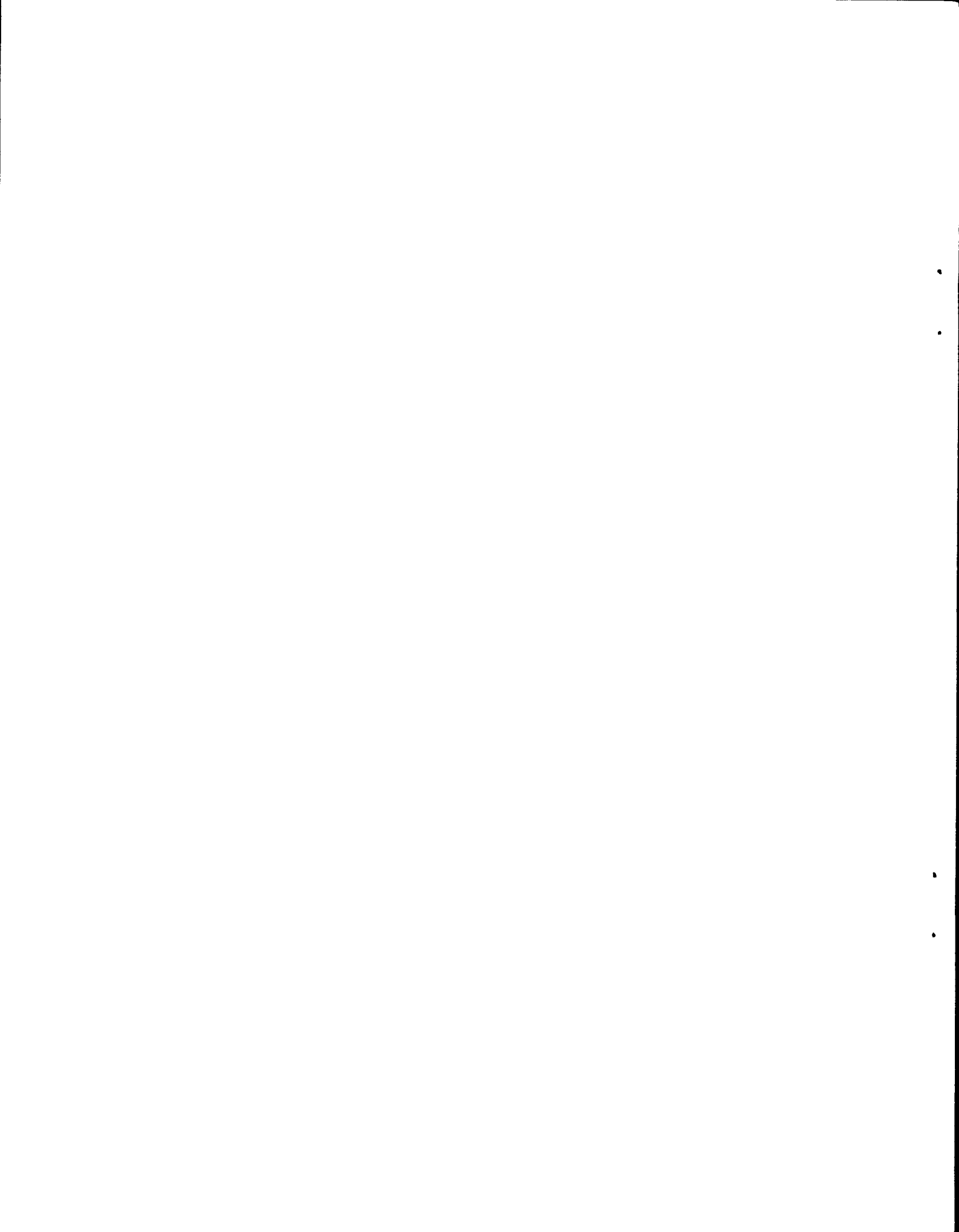


A EXPERIÊNCIA DE PLANEJAMENTO  
E TRANSFERÊNCIA DE INFORMAÇÃO

Carmosina N. Ferreira

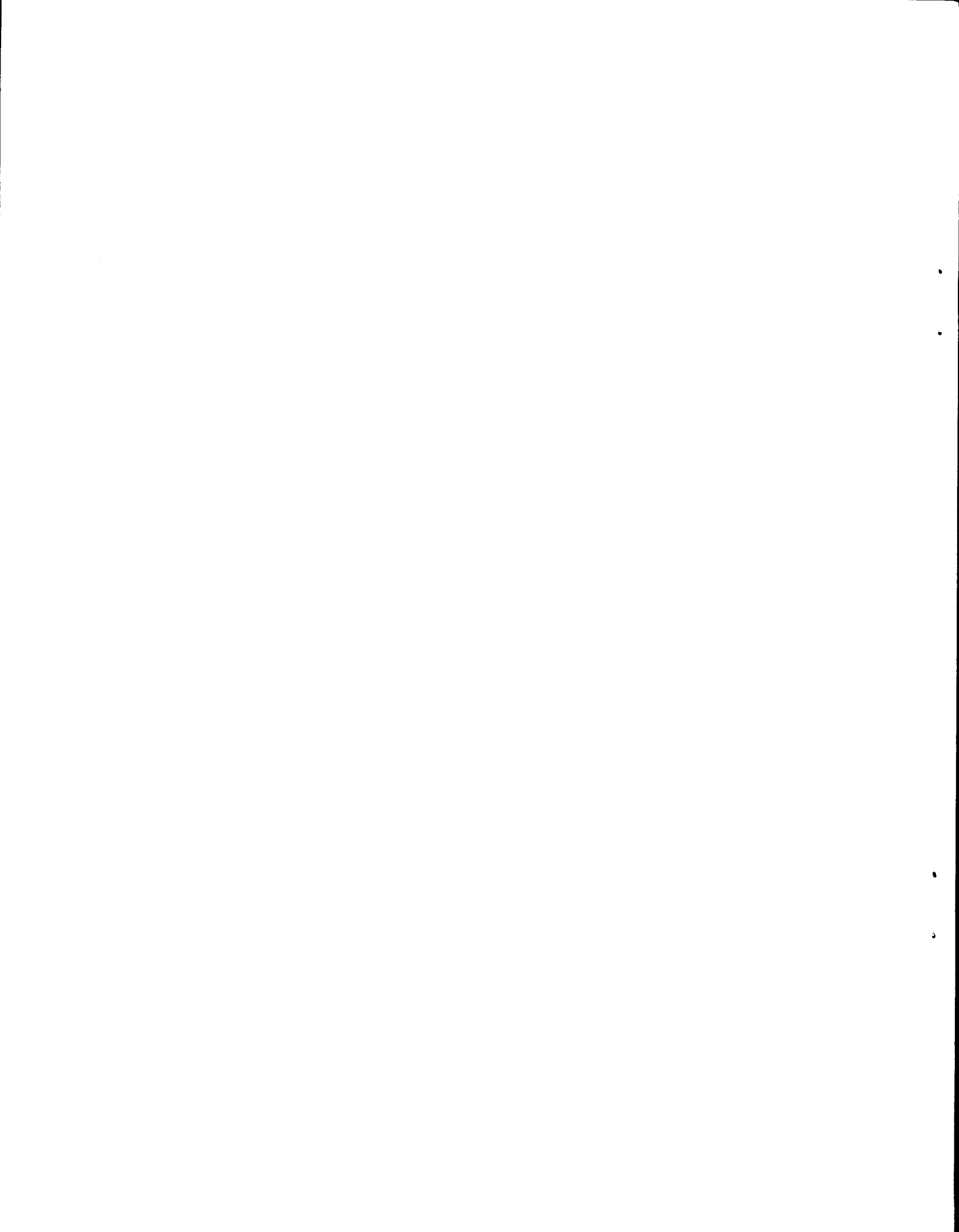
Rio de Janeiro  
IPEA/INPES  
1981

81.6.1391



## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
1. A Amostra	
1.1. Descrição	2
1.2. Histórico	3
1.3. Literatura	4
2. Sugestões	
2.1. Glossário	12
3. Linguagem	15
4. Exemplos	17
APÊNDICE: Classificação Funcional-Programática	25



## INTRODUÇÃO

O material que se apresenta a seguir é uma pequena amostra de pesquisa bibliográfica sobre a experiência brasileira de planejamento, feita com base nos acervos disponíveis na cidade do Rio de Janeiro. A bibliografia abrange tanto os planos e programas governamentais quanto a literatura pertinente ao planejamento no Brasil. A pesquisa, que vem sendo realizada no IPEA em bases contínuas desde 1976, reúne no momento um total de três mil e seiscentas referências e tem como objetivo informar uma comunidade de usuários constituída por profissionais pós-graduados (Mestres e Doutores em Economia).

O princípio que norteia a pesquisa foi o de que a informação é inseparável do meio social. Entendeu-se que os diferentes estágios do sistema sócio-cultural acham-se traduzidos nos documentos e que estes refletem a intensidade da informação, os modos e formas como é comunicada. Havendo um objetivo a comunicar e uma resposta a obter, o autor espera que sua comunicação seja a mais fiel possível, isto é, que seja codificada com precisão de modo a traduzir a mensagem sem ruídos.

No final deste trabalho são feitas algumas considerações sobre o uso da linguagem livre e controlada, sugerindo-se que o Macrothesaurus seja complementado por um glossário.

## 1. A Amostra

### 1.1. Descrição

Os planos-livro foram ordenados cronologicamente segundo sua denominação mais conhecida e grupados em duas principais categorias: Planos Globais e Planos Setoriais. Embora tenham sido levados em conta os conceitos e critérios correntes em matéria de técnica de planejamento, a seleção, todavia, foi fruto de uma decisão pessoal do pesquisador.

A categoria de planos globais inclui também os documentos que, apesar de seu caráter estritamente financeiro, dizem respeito à ação do Governo no âmbito nacional. É o caso do Plano Especial de Obras Públicas e Aparelhamento da Defesa Nacional (1939-1943), que consiste unicamente de indicações para alocação de recursos orçamentários.

Os planos e programas setoriais estão grupados segundo a classificação funcional-programática definida pela Portaria nº 9, de 28 de janeiro de 1974, do Ministério do Planejamento e Coordenação Geral (Apêndice). O exemplo mais representativo dessa categoria é o Plano SALTE (1949-1954), cuja denominação deriva das iniciais dos setores que abrange: Saúde, ALimentação, Transporte, Energia.

Quanto aos planos e programas regionais, estaduais, municipais e de áreas metropolitanas, a amostra limita-se à simples listagem de seus títulos específicos.



## 1.2. Histórico

A Missão Abbink (1948) e a Comissão Mista Brasil-Estados Unidos (1951-1953) são consideradas, quase que unanimemente, como as primeiras tentativas de formulação de política macroeconômica.

O Programa de Metas (1956-1960) foi o primeiro a explicitar a necessidade de organização do processo de tomada de decisões, buscando harmonizar os instrumentos de política econômica — para os setores público e privado — e articular a ação do Governo dentro de um esquema abrangente de investimento, com o propósito definido de desenvolvimento econômico e social.

Contudo, é a partir da elaboração do Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social (1963-1965) que se institucionaliza o planejamento no Brasil, com o surgimento da figura do Ministro Extraordinário Responsável pelo Planejamento. Embora considerado modelar, o Plano Trienal não foi implementado face a mudanças políticas e sociais no País. Em seu lugar, foi o Programa de Metas, que, apesar de alguns analistas caracterizarem como setorial, acabou por se transformar no modelo para os demais planos.

O Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG: 1964 - 1966) foi o primeiro a se auto-definir: "O Programa que se segue não tem a pretensão de apresentar-se como um 'plano global de desenvolvimento', mas apenas um programa de ação coordenada no campo econômico. As quantificações globais utilizadas são

de caráter meramente indicativo. Procurou-se, ainda assim, formular uma estratégia de ação para os próximos dois anos, período em que se lançariam as bases de um planejamento mais orgânico e de longo prazo".

Concomitantemente à feitura do PAEG, criou-se um grupo de trabalho interministerial para elaborar o Plano Decenal de Desenvolvimento Econômico e Social (1967-1976). Conquanto não tenha sido implementado, esse plano é relevante, especialmente no que se refere à aplicação sistemática de técnicas de planejamento e, também, por ser o primeiro a ter como base diagnósticos setoriais.

A centralização do planejamento governamental consolidou-se, afinal, com a criação do Ministério do Planejamento e Coordenação Geral, atual Secretaria de Planejamento da Presidência da República (SEPLAN-PR). A partir de então, a elaboração dos Planos Nacionais de Desenvolvimento, a cada quatro anos, passa a ser um mandato constitucional conforme Ato Complementar nº 43, de 29 de janeiro de 1969.

### 1.3. Literatura sobre Planejamento

Tendo em vista a constante perplexidade dos planejadores diante de tanta teoria e pouca prática, achou-se por bem complementar a bibliografia incluindo pesquisas e análises críticas pertinentes aos planos-livro e ao planejamento no Brasil.

Adicionou-se, ainda, uma listagem das instituições de planejamento e centros de decisão de política econômica e social.

As referências no tocante à literatura pertinentes aos planos-livro, apresentadas na ordem alfabética de entrada de autor e sob o título específico de cada um dos planos e programas, compreendem estudos complementares, relatórios de avaliação e ensaios críticos.

A literatura de planejamento em geral abrange os seguintes documentos: obras citadas em livros e artigos sobre planejamento brasileiro; literatura sobre o desenvolvimento e soubre o crescimento econômico e/ou social num dado período, incluindo projeções globais e previsões setoriais. Todas as referências foram ordenadas por entrada de autor e segundo a forma do documento, isto é, se artigo de periódico ou se contribuição em coletâneas, monografias, etc.

Quanto às instituições, estas podem ser recuperadas por suas funções específicas, bastando, para tanto, consultar o índice de assunto, no qual os termos ou expressões estabelecem relações comparativas, associativas e consecutivas com os tópicos do sumário da bibliografia.

No índice de assunto adotou-se, no tocante à Política Econômica, o critério da periodização de modo a permitir a pronta recuperação de todas as informações relevantes no que se rere

fere a cada uma das principais fases do planejamento governamental no Brasil. Foi a seguinte a periodização adotada:

1930-1945	Governo Vargas	(Getúlio Dornelles Vargas, 1883-1954)
1946-1951	Governo Dutra	(Eurico Gaspar Dutra, 1889-1974)
1951-1954	Governo Vargas	(Segundo período)
1954-1955	Governo Café Filho	(João Café Filho, 1899-1970)
1956-1961	Governo Kubitscheck	(Juscelino Kubitscheck de Oliveira, 1900-1976)
1961-ago.1961	Governo Quadros	(Jânio da Silva Quadros, 1917- )
1961-1964	Governo Goulart	(João Belchior Marques Goulart, 1918-1976)
1964-1967	Governo Castello Branco	(Humberto de Alencar Castello Branco, 1900-1967)
1967-1969	Governo Costa e Silva	(Arthur da Costa e Silva, 1902-1969)
1969-1974	Governo Médici	(Emílio Garrastazu Médici, 1905- )
1974-1979	Governo Geisel	(Ernesto Geisel, 1908- )
1979-	Governo Figueiredo	(João Baptista de Oliveira Figueiredo, 1919- )

INSTITUTO DE PLANEJAMENTO ECONÔMICO E SOCIAL  
INSTITUTO DE PESQUISA - INPES  
SERIE BIBLIOGRAFIA Nº 2

"Planejamento Econômico e Social no Brasil  
de 1930 a 1964: uma análise bibliográfica"

Carmosina F. Ferreira

No prelo

SUMÁRIO

Introdução

1. Planejamento Governamental
  - 1.1. Planos e Programas Estratégicos
  - 1.2. Programas de Alocação de Recursos Financeiros
  - 1.3. Planos e Programas Setoriais
    - 1.3.1. Transportes, Comunicações.
    - 1.3.2. Energia, Recursos Minerais.
    - 1.3.3. Agricultura.
    - 1.3.4. Indústria
    - 1.3.5. Saúde, Saneamento.
    - 1.3.6. Educação e Cultura.
    - 1.3.7. Trabalho, Previdência Social.
    - 1.3.8. Habitação, Urbanismo.
  - 1.4. Planos e Programas Regionais e Especiais
  - 1.5. Planos e Programas de Temas Específicos
    - 1.5.1. Ciência e Tecnologia.
    - 1.5.2. Modernização Administrativa.
    - 1.5.3. Informação para o Planejamento.

2. Literatura sobre Planejamento Econômico e Social no Brasil

- 2.1. Estudos Especiais e de Avaliação Pertinentes aos Planos e Programas.
- 2.2. Estudos e Pesquisas Econômico-Sociais Relevantes para o Planejamento.

3. Mensagens ao Congresso Nacional, Instituições de Planejamento e Política Econômica

4. Referências Legislativas, Bibliografias Especializadas.

Abreviaturas e Siglas.

Periódicos Analisados.

Índice de Autores.

Índice Relativo de Assunto.

1.1. PLANOS E PROGRAMAS ESTRATÉGICOS

1948: Missão Abbink

Report of the Joint Brazil-United States Technical Commission ... Approved by the Central Commission at Rio de Janeiro, Brazil, February, 7, 1949. — Washington, D.C.: Dept. of States, Div. of International Conference, 1949. — 321 p. 0001

Relatório final da Comissão Mista Brasileiro-Americana de Estudos Econômicos apresentado ao Exmº Sr. Pedro Luiz Correia e Castro, em 7 de fevereiro de 1949. — Rio de Janeiro, DF.: Dept. de Imp.Nacional, 1949. — v. 1. 0002

À margem de um relatório: texto das conclusões da Comissão Mista Brasileiro-Americana de Estudos Econômicos .../por Octávio Gouveia de Buithões. — Rio de Janeiro, DF.: Ed. Financieiras, 1950. — 348 p. 0003

1951-1953: Comissão Mista Brasil-Estados Unidos

Projetos/Comissão Mista Brasil-Estados Unidos para o Desenvolvimento Econômico. — Rio de Janeiro, DF.: Conselho Técnico de Economia e Finanças, 1953. — 14 v. 0004

Project/Comissão Mista Brasil-Estados Unidos para o Desenvolvimento Econômico. — Rio de Janeiro, DF.: Conselho Técnico de Economia e Finanças, 1953. — 10 v. 0005

1951-1953: Comissão Mista Brasil-Estados Unidos

Estudos diversos/Comissão Mista Brasil-Estados Unidos para o Desenvolvimento Econômico. — Rio de Janeiro, DF.: Conselho Técnico de Economia e Finanças, 1954. — 234 p. 0006

Relatório geral/Comissão Mista Brasil-Estados Unidos para o Desenvolvimento Econômico. — Rio de Janeiro, DF.: Conselho Técnico de Economia e Finanças, 1954. — 2 v. 0007

The Development of Brazil: Report/Joint Brazil-United States Economic Development Commission. — Washington, D.C.: Institute of Inter-American Affairs, Foreign Operations Administration, 1954. xiv. — 324 p. 0008

1956-1961: Programas de Metas

Diretrizes gerais do plano nacional de desenvolvimento/por Juscelino Kubitschek de Oliveira. — Belo Horizonte: Santa Marta, 1955. — 248 p. 0010

Metas para o desenvolvimento econômico do país: 1955-1959/Conselho do Desenvolvimento. — Rio de Janeiro, DF. 1956. 0011

Plano de Desenvolvimento econômico/Conselho do Desenvolvimento. — Rio de Janeiro, DF. 1957 — 6 v. — (Documentos; 2,6-9,12,14,16 e 18). 0012

Metas do programas de desenvolvimento/ Conselho do Desenvolvimento. — Rio de Janeiro, DF.1958. — 104 f. — (Documento: 3). 0013

Programa de metas do Presidente Juscelino Kubitschek/Conselho do Desenvolvimento. — Rio de Janeiro, DF.: Serv. de Documentação da Presidência da República, 1958-59. — 3 v. 0014

Program of Targets/Conselho do Desenvolvimento. — Rio de Janeiro, DF. 1958. — v.1. 0015

1963-1965: Plano Trienal

Plano trienal de desenvolvimento econômico e social: 1963-1965/Ministro Extraordinário Responsável pelo Planejamento. — Rio de Janeiro, 1962. — 1 v. — Mineo. 0021

Plano trienal de desenvolvimento econômico e social: 1963-1965/Ministro Extraordinário Responsável pelo Planejamento. — Rio de Janeiro: Dept.de Imp.Nacional, 1962. — v.1-2. — 450 p. 0022

Plano trienal de desenvolvimento econômico e social: 1963-1965; síntese/Ministro Extraordinário Responsável pelo Planejamento. — Rio de Janeiro: Dept.de Imp.Nacional, 1962. — 195 p. 0023

Three-year Plan for Economic and Social Development: 1963-1965: Summary/Ministro Extraordinário Responsável pelo Planejamento. — Rio de Janeiro: Serv.Gráf.do BGE,1962. — 146 p. 0024

Three-year Plan for Economic and Social Development: 1963-1965: Summary/Ministro Extraordinário Responsável pelo Planejamento; traduzido pela USAID. — Rio de Janeiro: USAID, 1962. — 154 p. 0025

1964-1966: Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG)

Programa de ação do governo revolucionário 1964-1965; redação preliminar/Esritório de Pesquisa

Econômica Aplicada. — Rio de Janeiro: Ministro Extraordinário para o Planejamento e Coordenação Econômica, 1964. — 2 v. — Mineo. 0026

Programa de ação do governo revolucionário 1964-1966; resumo/Esritório de Pesquisa Econômica Aplicada. — Rio de Janeiro: Ministro Extraordinário para o Planejamento e Coordenação Econômica, Assessoria de Imprensa, 1964. — 45 p. 0027

Programa de ação econômica do governo 1964-1966; síntese com apresentação do Ministro Roberto Campos/Esritório de Pesquisa Econômica Aplicada. — Rio de Janeiro: Ministro Extraordinário para o Planejamento e Coordenação Econômica, 1964. — 240 p. — (Documento EPEA, 1). 0028

Programa de ação econômica do governo revolucionário: 1964-1966; síntese incluindo a versão de vista do programa de investimento para 1965/Esritório de Pesquisa Econômica Aplicada. — 2 ed. — Rio de Janeiro: Ministro Extraordinário para o Planejamento e Coordenação Econômica, 1965. — 244 p. — (Documento EPEA, 1). 0029

O Programa de ação e as reformas de base/ Esritório de Pesquisa Econômica Aplicada. — Rio de Janeiro: Ministro Extraordinário para o Planejamento e Coordenação Econômica, 1965. — 2 v. — (Documento EPEA; 3). 0030

Programme d'Action Economique du Gouvernement Révolutionnaire: 1964-1966; resumé / Esritório de Pesquisa Econômica Aplicada. — Berne: Ampasade du Brésil, 1964. — 46 p. 0031

1967-1976: Plano Decenal

Plano econômico de longo prazo: Decreto nº 57.464, de 20 de dezembro de 1965. Diário Oficial, Brasília, DF. 22 dez. 1965. — p. 13.2493. 2 mar. 1966. — p. 13.331. 0032

Plano de longo prazo/Conselho Consultivo do Planejamento. — Rio de Janeiro: CONSPLAN,1965. — 6 f. — (Documento de trabalho; 4). 0033

Estratégia da formulação do plano decenal de desenvolvimento econômico e social / Esritório de Pesquisa Econômica Aplicada. — Rio de Janeiro: EPEA, 1965. — 18 f. — (EPEA.Trabalhos Técnicos). 0034

Plano decenal de desenvolvimento econômico e social: versão preliminar/Esritório de Pesquisa Econômica Aplicada. — Rio de Janeiro: Ministro Extraordinário para o Planejamento e Coordenação Econômica, 1966/1967. — 7 t.; 20 v. 0035

Plano decenal de desenvolvimento econômico e social: síntese/Esritório de Pesquisa Econômica Aplicada. — Rio de Janeiro: Ministro Extraordinário para o Planejamento e Coordenação Econômica, 1966. — 1 v. 0036

1969: Planos Nacionais de Desenvolvimento (PND)

ATO Complementar nº 43, de 29 de janeiro de 1969; elaboração. Diário Oficial, Brasília, DF., 4 fev. 1969. — p.1.161. 0046

LEI Complementar nº 9, de 11 de dezembro de 1970; nova redação do Art. 10 do Ato Complementar nº 43, de 29 de janeiro de 1969. Diário Oficial, Brasília, DF., 14 dez. 1970. — p.10.977. 0047

- 1972-1974: I Plano Nacional de Desenvolvimento (I PND)
- Resolução nº 1/72, do Congresso Nacional: aprova as partes reformuladas. Diário Oficial, Brasília, DF., 16 de maio de 1972. — p. 4273. 0048
- Primeiro plano nacional de desenvolvimento econômico e social: 1972-1974; Lei nº 5.727, de 4 de novembro de 1971; aprovação, diretrizes, prioridades, ressalvas. — Rio de Janeiro: Ministério do Planejamento e Coordenação Geral, 17 de dez. de 1971. — 77 p. 0049
- Projeto do primeiro plano nacional de desenvolvimento econômico e social: 1972-1974/Ministério do Planejamento e Coordenação Geral. — Rio de Janeiro: MPCG, 1971. — 59 p. 0050
- Primeiro plano nacional de desenvolvimento econômico e social: 1972-1974/Ministério do Planejamento e Coordenação Geral. — Rio de Janeiro: MPCG, 1971. — 66 p. 0051
- First National Development Plan: 1972-1974/Ministério do Planejamento e Coordenação Geral. — Rio de Janeiro: MPCG, 1971. — 76 p. 0052
- Primer Plan Nacional de Desarrollo: 1972-1974/Ministério do Planejamento e Coordenação Geral. — Rio de Janeiro: MPCG, 1971. — 80 p. 0053
- Primier Plan National de Développement: 1972-1974/Ministério do Planejamento e Coordenação Geral. — Rio de Janeiro: MPCG, 1971. — 84 p. 0054
- Primo Plan Nazionale di Sviluppo: 1972-1974 / Ministério do Planejamento e Coordenação Geral. — Rio de Janeiro: MPCG, 1971. — 78 p. 0055
- 1975-1979: II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND)
- Resolução nº 1/75, do Congresso Nacional: aprova as partes reformuladas. Diário Oficial, Brasília, DF., 24 abr. 1975. — p.4785. 0056
- Exposição de Motivos nº 16-B, de 16 de março de 1974, do Ministério do Planejamento e Coordenação Geral: elaboração do Projeto. Diário Oficial, Brasília, DF. 27 mar. 1974. — p. 3421. 0057
- Projeto do segundo plano nacional de desenvolvimento: 1975-1979/Secretaria de Planejamento da Presidência da República. — Brasília, DF: SEPLAN-PR, 1974. — 134 p. 0058
- Segundo plano nacional de desenvolvimento: 1975-1979; Lei nº 6.151, de 4 dez. 1974. — Brasília, DF.: SEPLAN-PR. 1974. — 149 p. 0059
- Second National Development Plan/Secretaria de Planejamento da Presidência da República. — Brasília, DF.: SEPLAN-PR. 1974. — 152 p. 0060
- Segundo plan nacional de desarrollo: 1975-1979/Secretaria de Planejamento da Presidência da República. — Brasília, DF.: SEPLAN-PR. 1974. — 151 p. 0061
- Deuxième plan national de développement: 1975-1979/Secretaria de Planejamento da Presidência da República. — Brasília, DF.: SEPLAN-PR. 1974. — 155 p. 0062
- 1.2. PROGRAMAS DE ALOCAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS
- 1939-1943: Plano Especial de Obras Públicas e Aparelhamento da Defesa Nacional
- Decreto Lei nº 1.053, de 19 de janeiro de 1939; Decreto Lei nº 2.644, de 1 de outubro de 1940; Decreto Lei nº 3.103, de 12 de março de 1941. Diário Oficial, Rio de Janeiro, DF. 1939; 1940; 1941. 0063
- 1.3. PLANOS E PROGRAMAS SETORIAIS
- 1949-1954: Plano SALTE
- O Plano SALTE: Mensagem nº 196, de 10 de março de 1948; Lei nº 102, de 18 de maio de 1950, que o aprova; Decreto nº 23.225, de 12 de junho de 1950, que o regulamenta/Departamento Administrativo do Serviço Público. — Rio de Janeiro, DF: Dept. de Imp. Nacional, 1950. — 73 p. — (DASP, Serv. de Documentação, Serv. de Publicações, Publ. Avulsas; 358). 0155
- The Salte Plan/Departamento Administrativo do Serviço Público. — Rio de Janeiro, DF: Serv. Hollerith, 1949. — 9 v.; v.3-7. 0156
- Relatório: apresentado pelo Administrador Geral ao Exmo.Sr. Presidente da República sobre as operações do Plano Salte de 1949/Administração Geral do Plano Salte. — Rio de Janeiro, DF: Dept. de Imp. Nacional, 1953. 0157
- Lei nº 1.102, de 18 de maio de 1950; Lei nº 1.504, de 15 de dezembro de 1951; Lei nº 1.831, de 25 de março de 1953; Lei nº 2.227, de 14 de junho de 1954. Diário Oficial, Rio de Janeiro, DF. 19 de maio de 1950; 18 dez. 1951; 31 mar. 1953; 16 jun. 1954. 0158
2. LITERATURA SOBRE PLANEJAMENTO ECONÔMICO E SOCIAL NO BRASIL
- 2.1. ESTUDOS ESPECIAIS E DE AVALIAÇÃO PERTINENTES AOS PLANOS E PROGRAMAS (Lista alfabética dos títulos dos Planos-Livro)
- Carta de Brasília: 1967-1969 (0765-0769)
- Comissão Mista Brasil-Estados Unidos para o Desenvolvimento Econômico: 1951-1953 (0770-0787)
- Estudos de Transportes do Brasil: 1966-1969 (0788-0807)
- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (0808-0833)
- Metas e Bases para a Ação do Governo: 1970 (0834-0841)
- Missão Abtink: 1948 (0842-0850)
- Missão Cooke: 1943 (0851-0854)
- Missão Taub: 1942 (0855-1957)
- Plano de Abastecimento de Carne: 1945 (0858-0959)
- Plano de Ação do Governo do Estado da Guanabara: 1951-1965 (0860-0861)
- Plano de Ação do Governo do Estado de São Paulo: 1959-1963 (0862-0864)
- Plano Açacra: Rio de Janeiro:1930 (0865)
- Plano Básico de Ação Sanitária: 1975 (0866-0867)
- Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (I: 1972-1974; II: 1975-1979) (0868-0880)
- Plano do Carvão Nacional: 1951 (0881-0885)
- Plano Decenal para o Desenvolvimento Econômico e Social: 1967-1976 (0886-0925)
- Plano de Desenvolvimento do Paraná: 1963-1967 (0926)
- Plano de Desenvolvimento Econômico da Bahia (PLANDES): 1960-1963 (0927-0928)
- Plano de Desenvolvimento Econômico de Goiás: 1961-1963 (0929-0930)
- Plano de Desenvolvimento Econômico e Social do Estado do Amazonas: 1965-1966 (0931-0932)
- Plano de Desenvolvimento Econômico e Social do Estado do Rio de Janeiro (I PLAN-Rio): 1975 (0933-1936)
- I Plano de Desenvolvimento Integrado para o Distrito Federal: 1971-1973 (0937-0945)
- Plano de Desenvolvimento Integrado de São Paulo (PLADI): 1964-1966 (0946-0951)
- Plano Diretor de Desenvolvimento Econômico e Social do Nordeste (I: 1961-1963; II: 1963-1965; III: 1966-1968; IV: 1969-1973) (0952-1975)
- Plano Diretor Rodoviário (0976)
- Plano de Eletrificação de São Paulo (0977-0978)
- Plano de Emergência: 1961 (0979-0987)
- Plano de Emergência da Educação (0988)
- Plano de Equivalência Salarial (0989-0994)
- Plano Especial de Obras Públicas e Aparelhamento da Defesa Nacional: 1939-1943 (0995-1001)
- Plano Geral de Informações Estatísticas e Geográficas (1002-1003)
- Plano de Governo do Estado do Amazonas: 1971-1974 (1004)
- Plano de Investimento e Serviços Públicos do Estado do Rio Grande do Sul: 1964-1966 (1005)
- Plano de Metas do Governo do Estado de Santa Catarina:1961-1965 (1006-1017)
- Plano Metropolitano de Belo Horizonte (PLANABEL) (1018-1023)
- Plano Mineiro de Desenvolvimento Econômico e Social (MINDES):1976-1979 (1024-1028)
- Plano Nacional de Abastecimento (1029-1039)
- Plano Nacional de Alimentação e Nutrição (PRONAN) (1040-1044)
- Plano Nacional de Cultura (1045)
- Plano Nacional de Colonização (1046-1054)
- Plano Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (I PND: 1972-1974; II PND: 1975-1979) (1055-1161)
- Plano Nacional de Desenvolvimento da Pesca (1162-1179)
- Plano Nacional de Educação (1180-1199)
- Plano Nacional de Educação Física e Desportos: 1976-1979 (1200)
- Plano Nacional de Energia Elétrica (1201-1214)
- Plano Nacional de Estatística Básica (PNEB) (1215-1218)
- Plano Nacional de Habitação (PNH) (1219-1270)
- Plano Nacional de Habitação Popular (PLANHAP) (1271-1283)

2.1. ESTUDOS ESPECIAIS E DE AVALIAÇÃO  
PERTINENTES AOS PLANOS E PROGRAMAS  
(Lista alfabética dos títulos dos  
Planos-Livro)

Plano Nacional de Pós-Graduação	(1284-1285)
Plano Nacional de Saneamento (PLANASA)	(1286-1298)
Plano Nacional de Saúde	(1299-1302)
Plano Nacional de Sementes (PLANSEM)	(1303)
Plano Nacional de Telecomunicações	(1304-1039)
Plano Nacional de Viação (PNV): 1934-1973	(1309-1334)
Plano de Obras e Equipamentos (POE): 1944-1948	(1335-1341)
Plano Postal Telegráfico	(1342-1344)
Plano Quinquenal de Minas Gerais	(1345-1346)
Plano de Recuperação Econômica do Vale do São Francisco	(1347-1355)
Plano Salte: 1949-1954	(1356-1381)
Plano Siderúrgico Nacional	(1382-1414)
Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social: 1963-1965	(1415-1456)
Plano de Valorização Econômica da Amazônia	(1467-1497)
Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG): 1964-1966	(1499-1558)
Programa de Assistência ao Trabalhador Rural (PRORURAL): 1971	(1559-1561)
Programa de Construção Naval	(1552-1574)
Programa de Desenvolvimento das Áreas Integradas do Nordeste (POLONORDESTE): 1974	(1575-1581)
Programa de Desenvolvimento do Centro-Oeste (PRODOESTE): 1972	(1582-1590)
Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (POLOCENTRO): 1975	(1591-1593)
Programa Especial para o Vale do São Francisco (PROVALE): 1972	(1599-1608)
Programa Especial de Vias Expressas (PROGRES): 1973	(1609-1610)
Programa de Estabilização Monetária: 1958-1959	(1611-1619)
Programa Estratégico de Desenvolvimento (PED): 1968-1970	(1620-1660)
Programa de Governo: Base e Análise da Situação Econômica e Social do Brasil: 1961	(1661-1668)
Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (FASEP): 1971 - Programa de Integração Social (PIS): 1971	(1669-1709)
Programa de Integração Nacional (PIN): 1970	(1710-1720)
Programa de Metas: 1956-1969	(1721-1812)
Programa Nacional do Alcool	(1813-1818)
Programa Nacional de Centros Sociais Urbanos (PROCENTRO)	(1819-1820)
Programa Nacional de Energia Nuclear	(1821-1834)
Programa Nacional de Fertilizantes e Calcários Agrícolas	(1835-1836)
Programa Nacional de Televisão (PRONTEL): 1972	(1837-1840)
Programa de Polos Agropecuários e Agroindustriais da Amazônia (POLAMAZONIA): 1974	(1841-1844)
Programa Preliminar de Desenvolvimento da Economia Brasileira: 1955-1962	(1845-1853)
Programa de Rearranjamento Econômico: 1951-1969	(1854-1865)

Programa de Redistribuição de Terra e Estímulos à Agroindústria (PROTERRA) (1866-1877)

ÍNDICE RELATIVO DE ASSUNTO

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: Bibliografia seletiva e analítica das Publicações Seriadas, 3613; Cadastro da Organização Administrativa Federal, 3571; 3592; Legislação Básica Federal, 3559; 3588; 3590; Organização para o Planejamento Econômico, 2791; 2362; 2372; 2387; 3264; Planejamento na, 1982; 2192; 2205; 2332; 2728; 2976; Plano Nacional de Reforma de, 0759; 1997; 2539-31; Planos Estaduais de Reforma de, 0594; 0599; 0620; 0735.
ÁREAS METROPOLITANAS: Aspectos Fiscais de, 2446; Deficit Habitacional, 0374; Delimitação de, 2355; Desenvolvimento Integrado de, 3070; Destinação Final dos Resíduos Sólidos, 0373; Orlamento Urbano, 2782; Distribuição de Renda, 2944; Educação nas, 0375; Estrutura Econômica das, 1912; Industrialização de, 2540; 2542; Instituições de, 1928; Modelo Lowry de Distribuição Espacial, 0370; Ocupação do Solo, 0352; Planos Estaduais, 0338; 0341; 0346-48; 0351-54; 0358; 0362-63; 0370-78; Política Econômica (1951-1974), 2182; Qualificação de Mão-de-Obra, 0375; Saneamento Básico, 0341; 0373; Saúde, 3390; Tráfego, 0372; Sistema de Transporte, 0371; 1909; 2121; 2512-13; Transporte Coletivo, 0354; Urbanismo e, 2161-2162.
BEM-ESTAR SOCIAL: Alimentação e Nutrição, 1044; Controle de Natalidade, 2323; Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, 2427; Metodologia do Planejamento Social, 1028, 1077; Pesquisas Científicas e Tecnológicas, 0371; Planejamento Familiar, 1920; 3347-48; Política Econômica (1956-1963), 1419; 1967; Política Econômica (1964-1974), 1089; 1100; 1123; 1135; 1135; 1148; 1161; 1925; 1949; 2333; Previdência Social, 0296-300; Programa de Integração Social, 0302; 1689-70; 1672-81; 1691-709; Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público, 0301; 1671; 1673; 1685; 1689; 1691-92; 1699-702.
ORÇAMENTO: Bibliografia, 3533; Conceito de, 2105; 2154; Deficit, 1128; dos Estados, 0520; 2421; 2811; 3505; Legislação Básica, 3562; Normas Gerais para Elaboração de, 2009; 2177; 2462; Oferta Monetária, 3210; Planejamento e Coordenação de, 2320; 2368.
ORÇAMENTO PLURIANUAL DE INVESTIMENTO: Instrumentos de Planejamento Econômico, 1141-43; 2420.
ORÇAMENTO PROGRAMÁTICO: Papel no Desenvolvimento Sócio-Econômico, 2020; 2123; 3035; Técnica de, 2179.
ÓRGÃOS DE ARTICULAÇÃO COM OS MUNICÍPIOS, 3403.
ÓRGÃO CENTRAL DE PLANEJAMENTO: Administração Geral do Plano SALTE, 3443; Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural, 3446; Banco Nacional de Habitação, 3448; Comissão Coordenadora dos Projetos de Emergência, 3459; Comissão de Desenvolvimento do Centro-Oeste, 3460; Comissão Executiva do Plano de Carvão Nacional, 3463; Comissão Executiva do Plano Siderúrgico Nacional, 3464; Comissão Nacional de Planejamento, 3474; Comissão de Planejamento da Educação, 3478; Comissão do Plano de Carvão Nacional, 3480; Comissão do Plano Rodoviário Nacional, 3481; Conselho Consultivo de Planejamento, 3485; Conselho Coordenador de Abastecimento, 3487; Conselho de Desenvolvimento, 3498; Conselho Nacional de Educação, 3504; Conselho Nacional de Planejamento de Habitação Popular, 3508; Coordenação do Plano Trienal de Educação, 3519; Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, 3523; Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, 3524; Departamento Nacional de Produção Mineral, 3525; Empresa Brasileira de Planejamento de Transportes, 3526; Grupo

Executivo da Indústria de Construção Naval, 3532; Instituto Nacional de Previdência Social, 3544; Instituto de Planejamento Econômico e Social, 3545; Ministério do Planejamento e Coordenação Geral, 3546; Ministro do Estado Extraordinário para o Planejamento e Coordenação Econômica, 3543; Ministro de Estado Extraordinário Responsável pelo Planejamento, 3549; Secretaria de Planejamento da Presidência da República, 3551; Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia, 3552; Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, 3553; Superintendência do Desenvolvimento da Região Centro-Oeste, 3554; Superintendência do Desenvolvimento da Região-Sul, 3555; Superintendência do Vale do São Francisco, 3553.

ÓRGÃO DE DECISÃO DE POLÍTICA ECONÔMICA: Agência Especial de Financiamento Industrial, 3444; Assessoria de Orçamento e Programação Financeira do Ministério do Planejamento e Coordenação Geral, 3445; Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, 3447; Banco do Nordeste do Brasil, 3449; Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil, 3450; Carteira de Exportação e Importação do Banco do Brasil, 3451; Comissão de Comércio Exterior, 3452; Comissão para Concessão de Benefícios Fiscais e Programas Especiais de Exportação, 3453; Comissão Consultiva de Análises e Silos, 3454; Comissão Consultiva de Política Industrial e Comercial, 3455; Comissão de Coordenação da Aliança para o Progresso, 3456; Comissão de Coordenação e Desenvolvimento dos Transportes, 3457; Comissão de Coordenação de Planejamento e Orçamento, 3458; Comissão de Desenvolvimento Industrial, 3461; Comissão Especial para Acordos sobre Produtos Agrícolas, 3462; Comissão Executiva do Sal, 3465; Comissão Federal de Abastecimento e Preços, 3469; Comissão de Financiamento da Produção, 3467; Comissão de Investimentos, 3468; Comissão de Marinha Mercante, 3469; Comissão Nacional de Energia Nuclear, 3472; Comissão Nacional de Estímulo à Estabilização de Preços, 3471; Comissão Nacional da Indústria de Construção Civil, 3472; Comissão Nacional de Pesquisa Agropecuária e de Assistência Técnica à Extensão Rural, 3473; Comissão Nacional de Política Agrária, 3475; Comissão de Planejamento Econômico, 3477; Comissão de Tarifas, 3482; Companhia Nacional de Alcalis, 3483; Companhia Siderúrgica Nacional, 3484; Conselho Consultivo da Indústria Siderúrgica, 3485; Conselho de Desenvolvimento Agrícola, 3486; Conselho de Desenvolvimento Comercial, 3489; Conselho de Desenvolvimento Econômico, 3491; Conselho de Desenvolvimento Industrial, 3492; Conselho do Desenvolvimento do Nordeste, 3497; Conselho de Desenvolvimento Social, 3493; Conselho Federal do Comércio Exterior, 3495; Conselho Interministerial de Preços, 3496; Conselho Monetário Nacional, 3497; Conselho Nacional de Abastecimento, 3498; Conselho Nacional de Administração dos Empreendimentos Rurais, 3499; Conselho Nacional de Água e Energia Elétrica, 3500; Conselho Nacional da Borracha, 3501; Conselho Nacional de Comércio Exterior, 3502; Conselho Nacional de Desenvolvimento da Pecuária, 3504; Conselho Nacional da Indústria Siderúrgica, 3505; Conselho Nacional de Minas e Metalurgia, 3507; Conselho Nacional do Petróleo, 3509; Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial, 3510; Conselho Nacional de Telecomunicações, 3512; Conselho Nacional de Transportes, 3513; Conselho de Política Aduaneira, 3515; Conselho Técnico de Economia e Finanças, 3516; Coordenação de Mobilização Econômica, 3517; Coordenação do Planejamento Econômico, 3518; Departamento Nacional de Água e Energia Elétrica, 3521; Departamento Nacional do Café, 3522; Empresa Brasileira de Turismo, 3527; Financiadora de Estudos e Projetos, 3528; Grupo Consultivo da Indústria Siderúrgica, 3529; Grupo Executivo da Indústria Automotobilitada, 3531; Grupo Executivo da Indústria de Máquinas Agrícolas e Rodoviárias, 3533; Grupo Executivo da Indústria Química Petroléica, 3534; Grupo Executivo da Indústria Metalúrgica, 3535.

ÍNDICE RELATIVO DE ASSUNTO

- ÓRGÃO DE DECISÃO DE POLÍTICA ECONÔMICA: Grupo Executivo da Indústria de Mineração, 3536; Grupo Executivo da Indústria Naval, 3537; Grupo Executivo da Racionalização da Cafeicultura, 3538; Instituto do Açúcar e do Alcool, 3539; Instituto Brasileiro do Café, 3540; Instituto Brasileiro do Desenvolvimento Florestal, 3541; Instituto Brasileiro do Sal, 3542; Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, 3542; Ministro de Estado Extraordinário para Coordenação dos Organismos Regionais, 3547; Petróleo Brasileiro S/A, 3550; Superintendência Nacional de Abastecimento, 3556; Superintendência da Borracha, 3557.
- POLÍTICA: Bibliografia, 3697; Colapso do Populismo, 1439; Governo do Presidente Café Filho (1955), 3408; Governo do Presidente Castello Branco (1965-1967), 0987; 3409-11; Governo do Presidente Costa e Silva (1968-1969), 3412-13; Governo do Presidente Dutra (1947-1950), 0880; 3414-17; Governo do Presidente Geisel (1975-1978), 3418; 3421; Governo do Presidente Goulart (1963), 3422-24; Governo do Presidente Kubitschek (1956-1960), 0936; 3425-29; Governo do Presidente Médici (1970-1974), 3430-34; Governo do Presidente Quadros (1961), 1983; 3435; Governo do Presidente Vargas (1930-1945), 0987; 3436-38; Governo do Presidente Vargas (1951-1954), 3439; 3442; Nacionalismo, 1965; 2654; Fregues Militares, 3101; Sindicatos e Desenvolvimento Econômico, 3026; Social Municipalismo, 2948.
- POLÍTICA ECONÔMICA (1930-1945): Estado Novo e, 2122; 2976; 3404-39; Estatização, 2622; Estudos de Planejamento, 2261; 2304; 2994; 2635; 2951; Interpretação de Eugênio Gudin, 2643; 2769; Interpretação de Roberto Simonsen, 2256; 2643; 2709; 3084-86; Missão Teub, 0064; 0065-57; Plano Especial de Obras Públicas e Armamento da Defesa Nacional, 0063; 0995-1001; Plano de Financiamento da Guerra, 0065; Plano de Obras e Equipamentos, 0066-68; 1335-41; Reforma Econômico-Financeira, 2443; 2611; 2699; 2890; 3189; Segunda Guerra Mundial e, 2410; 2442; 2557; 2826-27; 2947; 3094; 3261; 3276.
- POLÍTICA ECONÔMICA (1946-1955): Comissão Mista Brasil-Estados Unidos, 0004-08; 0776-87; Diretrizes do Presidente Café Filho, 3408; Diretrizes do Presidente Dutra, 2955; 3414-17; Estrutura Econômica, 1882; 2170; 2218; 2429; 3020; 3195; Estudos de Planejamento, 1926; 1939; 2074; 2160; 2178; 2197; 2202; 2212; 2251; 2319; 2387-88; 2805; 3100; Interpretação de Celso Furtado, 2090; Interpretação de Eugênio Gudin, 2102-04; Interpretação de Roberto Campos, 2567; Missão Atsink, 0001-03; 0842-50; Plano de Economia, 0070; 2264-65; 2312; Plano de Indenização de Guerra, 0066; Programa Preliminar de Desenvolvimento da Economia Brasileira, 0009; 1845-53; 2056; Programa de Reaparelhamento Econômico, 0071-74; 1854-65.
- POLÍTICA ECONÔMICA (1956-1963): Diretrizes do Presidente Goulart, 2634; 2757; 3422-24; Diretrizes do Presidente Kubitschek, 3425-29; Diretrizes do Presidente Quadros, 3435; Economia Regional, 2257-58; 2197; 2514; Estrutura Econômica, 2356; 2417; 2495; 2633; 2855-56; 2475; Estudos de Planejamento, 1934; 1931; 1953; 2127; 2193-95; 2211; 2120-21; 2277; 2316; 2343-44; 2727; 2767; 2826; 2931; 2992; 3006; Interpretação de Celso Furtado, 2096; Interpretação de Eugênio Gudin, 2103; 2726; Interpretação de Octávio Gouveia de Bulhões, 1944; Plano de Contenção das Despesas, 0076; Plano de Emergência, 0017-18; 0077-87; Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social, 0021-25; 1415-66; Programa de Estabilização Monetária, 0075; 1511-19; Programa de Governo, Bases e Análise da Situação Econômica e Social do Brasil, 0019; 1621-68; Programa de Metas, 0010-16; 1721-812; Programa Nacional de Desenvolvimento, 0020; Programa Preliminar de Desenvolvimento da Economia Brasileira, 0009; 1845-53; 2056; Programa de Reaparelhamento Econômico, 0071-74; 1854-65.
- POLÍTICA ECONÔMICA (1964-1974): Análise do "Modelo Brasileiro" de Desenvolvimento, 2087; 2413; 2736; 3068; 3078; 3098; 3091; 3097; Diretrizes do Presidente Castello Branco, 3409-11; Diretrizes do Presidente Costa e Silva, 1993; 1918; 3412-13; Diretrizes do Presidente Geisel, 1919; 2091; 3064; 3418-21; Diretrizes do Presidente Médici, 1891; 1942; 2046-100; 2183; 2819; 2875; 2919; 3430-34; Economia Mundial e, 3295; 3396; Economia Regional, 0487; 0733; 0901; 1893; 1899; 1928; 2016; 2342; 2283; 2437-40; 2467-68; 2474; 2582; 2597; 2657; 2738; 2775; 2810-14; 2872; 2917-18; 3024; 3078; 3152-53; 3368; Escola Superior de Guerra e, 1137.
- POLÍTICA ECONÔMICA (1954-1974): Estrutura Econômica, 1923; 1971; 2000; 2136; 2151; 2350; 2360-61; 2436; 2453-54; 2495; 2496; 2570; 2586; 2693; 2743; 2745; 3023-24; 3331; 2824-45; 2916; 2930; 2937; 2950; 3029; 3032; 3036; 3077; 3156; 3255; 3220; 3387-88; Estudos de Planejamento, 1836; 1897; 1972-73; 1983; 2007; 2014; 2079; 2093; 2110; 2137-38; 2180; 2226; 2255; 2317; 2326; 2359-60; 2396; 2398; 2509; 2590; 2748; 2753; 2787; 2789-790; 3011; 3395; Integração Econômica da América Latina, 3159; Interpretação de Celso Furtado, 2087-88; 2736-40; Interpretação de Delfim Netto, 2025-46; 2666; Interpretação de Mário Henrique Simonsen, 3078; 3083; Interpretação de Octávio Gouveia de Bulhões, 1930-33; 1940-43; 1945-52; Interpretação de Roberto Campos, 1958-65; 2666; 2569; 3367; 3368; Interpretação de Veloso, 2382-64; 3173-77; Metas e Bases para a Ação do Governo, 0044-45; 0834-41; Plano Decenal de Desenvolvimento Econômico e Social, 0032-36; 0056-925; Plano Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (1972-1974), 0046-55; 1058-100; Plano Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (1975-1979), 0056-62; 1101-61; Programa de Ação Econômica do Governo, 0026-31; 1498-555; Programa Estrutural de Desenvolvimento, 0037-43; 1620-607.



REFERÊNCIAS

Obras básicas para a análise da experiência brasileira de Planejamento:

- CAMPOS, Roberto de Oliveira. A Retrospect over Brazilian Development Plans. In: ELLIS, Howard S., ed. The Economy of Brazil. — Berkeley: Univ. of California, 1969. — 408 p.
- COSTA, Jorge Gustavo da. Planejamento Governamental: a Experiência Brasileira. — Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1971. — 257 p.
- DALAND, Robert T. Estratégia e Estilo do Planejamento Brasileiro/tradução de Carlos Kronauer. — Rio de Janeiro: Lidador, 1969. — 215 p.
- IANNI, Octávio. Estado e Planejamento Econômico no Brasil: 1930-1970. — Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971. — 310 p.
- LAFER, Betty Mindlin. Planejamento no Brasil. — São Paulo: Ed. Perspectiva, 1975. — 187 p.
- MELLO E SOUZA, Nelson. O Planejamento Econômico no Brasil: considerações críticas. Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro, 2(4):59-115, jul./dez. 1968.
- MONTEIRO, Jorge Vianna & CUNHA, Luiz Roberto Avezedo. Alguns Aspectos da Evolução do Planejamento Econômico no Brasil (1934-1963). Pesquisa e Planejamento Econômico, Rio de Janeiro, 4(1):1-23, fev. 1974.

## 2. Sugestões

A pesquisa bibliográfica aqui descrita certamente pode dar subsídios para o Macrothesaurus. Talvez sua principal contribuição seja a de ter procurado contrastar a linguagem oficial dos planos com a linguagem crítica da literatura sobre planejamento. Significa dizer que o planejamento não fala uma linguagem única, mas se expressa em diferentes e variados "dialetos": o esperanto não seria uma solução para essa babel.

As sugestões alinhadas a seguir baseiam-se no entendimento de que o planejamento é um debate que precisaria ser captado de forma modulada e em diferentes sintonias. Nesse sentido, o glossário aqui sugerido teria por objetivo ajustar o Macrothesaurus a uma espécie de sintonia fina capaz de apreender os diferentes matizes desse debate. Em essência essas sugestões podem ser resumidas no seguinte: a linguagem oficial dos planos é a mais apta a ser controlada, enquanto a linguagem da literatura crítica sobre o planejamento, tal como se apresenta nas obras dos pesquisadores sociais, seria a mais controlável das linguagens livres.

### 2.1. Glossário

O planejamento é sabidamente uma área de difícil sistematização e a crítica que comumente se faz aos tesouros é de que os mesmos são genéricos demais e, por isso, não captam as

nuances de uma realidade multifacetada. Em razão disso, preconiza-se, aqui, uma abordagem por aproximações sucessivas, sugerindo-se um glossário como instrumento auxiliar do Macrothesaurus no processo de recuperação da informação sobre planejamento.

Em glossário, concebido em bases didáticas, seria de grande valia para os especialistas da informação obrigados a cobrir áreas para as quais nem sempre existem bibliografias especializadas e, em português, sequer bons dicionários.

O glossário conteria: sinônimos, quase sinônimos e possíveis alterações na grafia das palavras; conceitos formados por palavras ou expressões que poderiam ser posteriormente incluídos no próprio tesouro; termos técnicos ou "jargões" e, ainda, termos em língua estrangeira, cuja tradução ainda não tenha sido consolidada.

Cada termo deveria ser introduzido por um enunciado sintetizando o tema tratado. O restante do texto se constituiria de uma resenha, não só dos pontos de consenso bem como dos de dissenso acerca do tema.

O glossário deveria abranger as diferentes áreas do conhecimento que, direta ou indiretamente, se relacionam com o processo de planejamento, os termos grupados segundo cada tema específico. Os conceitos poderiam ser encontrados nas seguintes fontes: Planos-livro; livros-textos, ou não, (de autor nacional); enciclopédias especializadas; dicionários técnicos e dicionários comuns de uso popular.

O glossário poderia ser, ainda, enriquecido com quadros sinóticos preparados, sob a orientação de especialistas no tema, com o objetivo de confrontar diferentes acepções do mesmo termo conforme exemplo a seguir:

Mudança da Grafia			
	Planificação	Planejamento	
Mudança na Acepção	Alcance da Planificação em uma Economia Subdesenvolvida	Sentido do Planejamento em uma Economia Democrática.	Estratégia.
	"Planificação Econômica pode ser entendida como um esforço de coordenação, com vista a fins pré-estabelecidos, das principais decisões que estão sendo permanentemente tomadas em um sistema econômico"	"O Planejamento Econômico vai importar numa definição sistemática e coerente, por parte do Governo das medidas tendentes a criação da ordem dentro da qual operará aquilo que se convencionou chamar de "forças do mercado" de maneira compatível com a distribuição de renda desejada e a meta programática da maximização da taxa de desenvolvimento econômico".	"O Planejamento é um instrumento que auxilia a sociedade a ordenar os seus esforços no sentido de atender às suas aspirações. A sociedade brasileira tem mostrado que as suas aspirações fundamentais correspondem, no plano econômico, à elevação persistente dos níveis de bem estar, e, no plano político, à construção de uma sociedade aberta e democrática"
	Plano Trienal (1963-1965)	PAEG (1964-1966)	III PND (1980-1985)

Nos termos aqui sugeridos, o glossário complementar o Macrothesaurus, suprimindo-o da flexibilidade necessária à sua constante atualização. Nesse sentido, funcionaria, ao mesmo tempo, como triagem e "follow up", monitorando o uso do Macrothesaurus de modo a torná-lo mais dinâmico: é inegavelmente mais barato e mais simples reformular um glossário que um Macrothesaurus.

Como essa sugestão, acredita-se que possa ser satisfatoriamente respondida a crítica feita à excessiva generalidade e rigidez dos Macrothesauri.

### 3. Linguagem

Não é intenção deste trabalho fazer sugestões específicas sobre técnicas de elaboração de tesauros.

O que se sugere adiante diz respeito ao uso da linguagem na recuperação da informação, seja ou não através de tesauros.

No que se refere especificamente a tesauros é comum distinguí-los em "genéricos" e "relacionados". Em matéria de planejamento governamental, o desejável seria que o Macrothesaurus se constituísse num tesouro genérico ao qual se acoplariam os tesauros relacionados, isto é, aqueles que já cobrem áreas específicas em ciências sociais. Nessa perspectiva, o glossário sugerido no item anterior se colocaria à guisa de léxico intermediário.

Essa sugestão visa a evitar a duplicação de esforços e recursos e tenta, de uma certa forma, responder à pergunta pela especificidade do planejamento: até que ponto um sistema de informação para o planejamento, se específico demais, acabaria se tornando supérfluo na medida em que cada disciplina cria seu próprio sistema especializado? Até que ponto, se genérico demais, torna-se não só supérfluo como inefável? Para contornar a infundável controvérsia sobre o que é e o que deixa de ser planejamento, sugere-se a adoção de um critério que, embora possa parecer simplista, é inegavelmente o mais prático.

Esse critério reside na positividade do planejamento, ou seja, a ação planejada do Governo tal como ela se apresenta nos instrumentos oficiais utilizados com essa finalidade. Com isso evita-se entrar na discussão sobre o mérito do planejamento.

De resto não cabe a um sistema de informação orientado para o planejamento julgar se os planos são bons ou ruins, se funcionam ou deixam de funcionar, se são mēra retórica ou se objetivam de fato modificar a realidade. Nesse particular deve-se "vender" a informação tal como foi "comprada".

Naturalmente um sistema montado nessas bases apresentar-se-ia unidimensional e monolítico. Necessário, portanto, que se introduza nele o elemento crítico, o qual, nesse caso, provém da literatura pertinente a planos e programas de Governo.

Em termos práticos, sugere-se que o tesouro de planejamento tenha por objetivo articular e consolidar a linguagem empregada pelos governos na ação planejadora, conforme explicitada nos planos-livro e demais documentos oficiais. Esta seria a linguagem controlada. Para contrabalançar o viés (bias) da "retórica" oficial, sugere-se que o sistema incorpore a linguagem usual corrente nos meios acadêmicos e profissionais, tal como ela se apresenta na bibliografia sobre planejamento.

A linguagem "literária" do planejamento poder-se-ia considerar, assim, como linguagem livre. Mas na realidade ela só é livre na aparência. É livre porque não é oficial, isto é, do Governo.

Todavia é sabido que essa linguagem pode se apresentar às vezes tão ou mais formalizada que a própria linguagem oficial, como acontece no caso da literatura periódica rigorosamente acadêmica.

A vantagem da linguagem "literária" é que ela admite graus variáveis de controle, indo desde o nível extremamente formal, dos períodos acadêmicos, até o estilo flexível e propriamente livre da imprensa diária.

Em países como o Brasil, é possível abranger todo o espectro da literatura. Em outros países, inexistirá literatura acadêmica e a imprensa poderá suprir a falta do elemento crítico. Países haverá, inclusive, em que os documentos oficiais serão a única fonte.

Nesses moldes, o sistema sugerido permite não só o confronto das duas linguagens para fins autocríticos, como também, o que é mais importante, confere suficiente versatilidade para que a informação possa ser recuperada tanto pelos usuários da comunidade de planejadores quanto pelos usuários da comunidade de pesquisadores.

#### 4. Exemplos

Os exemplos aqui reunidos ilustram de que modo o usuário formula, para si mesmo ou para o especialista da informação, as questões que espera serem respondidas pela pesquisa bibliográfica.

Considere-se, por exemplo, uma comunidade de economistas que são, ao mesmo tempo, produtores e usuários da informação. Conquanto atuem numa mesma área do conhecimento, pertencem a diferentes escolas de pensamento, e conseqüentemente, têm dúvidas e indagações específicas.

No primeiro exemplo verifica-se que o autor faz uma afirmação sobre a realidade brasileira num determinado período:

RESENDE, Gervásio Castro de. Trabalho assalariado, agricultura de subsistência e estrutura agrária no Brasil: uma análise histórica. Pesquisa e Planejamento Econômico, Rio de Janeiro, 10(1): 179-216, abr. 1980.

Publ.IPEA. Artigo de Periódico sobre a oferta de mão-de-obra para a cultura do café e da cana-de-açúcar após a abolição do escravismo — Discute o papel da política de subsídio à imigração europeia na constituição do sistema de colonato no sudeste e contrasta essa experiência mostrando como a concentração da propriedade da terra condicionou a formação do sistema de moradores de condição no Nordeste. Em ambos os sistemas analisa a interligação das técnicas de produção de subsistência com a oferta de mão-de-obra e o nível do salário no comércio de exportação. Como corolário apresenta as limitações do modelo dualista e da parábola neo-clássica para a análise dessa experiência brasileira.

As palavras-chave são selecionadas do título e do resumo, e procura-se obter o maior nível de precisão possível, tendo em vista o contexto sócio-cultural.



/Estrutura Agrária/ /Sistema de Colonato/  
/Sistema de Moradores de Condições/  
/Propriedade da Terra/ /Agricultura de Subsistência/  
/Técnica de Produção de Subsistência/  
/Cultura do Café/ /Cultura da Cana-de-Açúcar/  
/Oferta de Mão-de-Obra/ /Trabalhador Assalariado/  
/Política de Imigração/  
/Subsídios à Imigração Européia/ /Brasil/  
/Nordeste/ /Sudeste/ /Pós-Abolição do Escravismo/  
/Análise Histórica/

O segundo exemplo apresenta a formulação de uma questão sobre um assunto específico e seus aspectos genéricos.

Política de colonização e pequena produção (propriedade) familiar na Amazônia. Para estudar a ocupação da Amazônia e a colonização dirigida (oficial e de entidade privada) tendo em vista a viabilidade econômica da pequena produção (propriedade familiar). Em qualquer idioma e publicação, podendo incluir, também, documentos oficiais de 1970-1980.

Neste caso o tema específico pode ser recuperado por meio de qualquer termo individual ou combinação de termos que ele contenha, isto é, buscando-se colonização ou pequena produção agrícola e propriedade familiar.

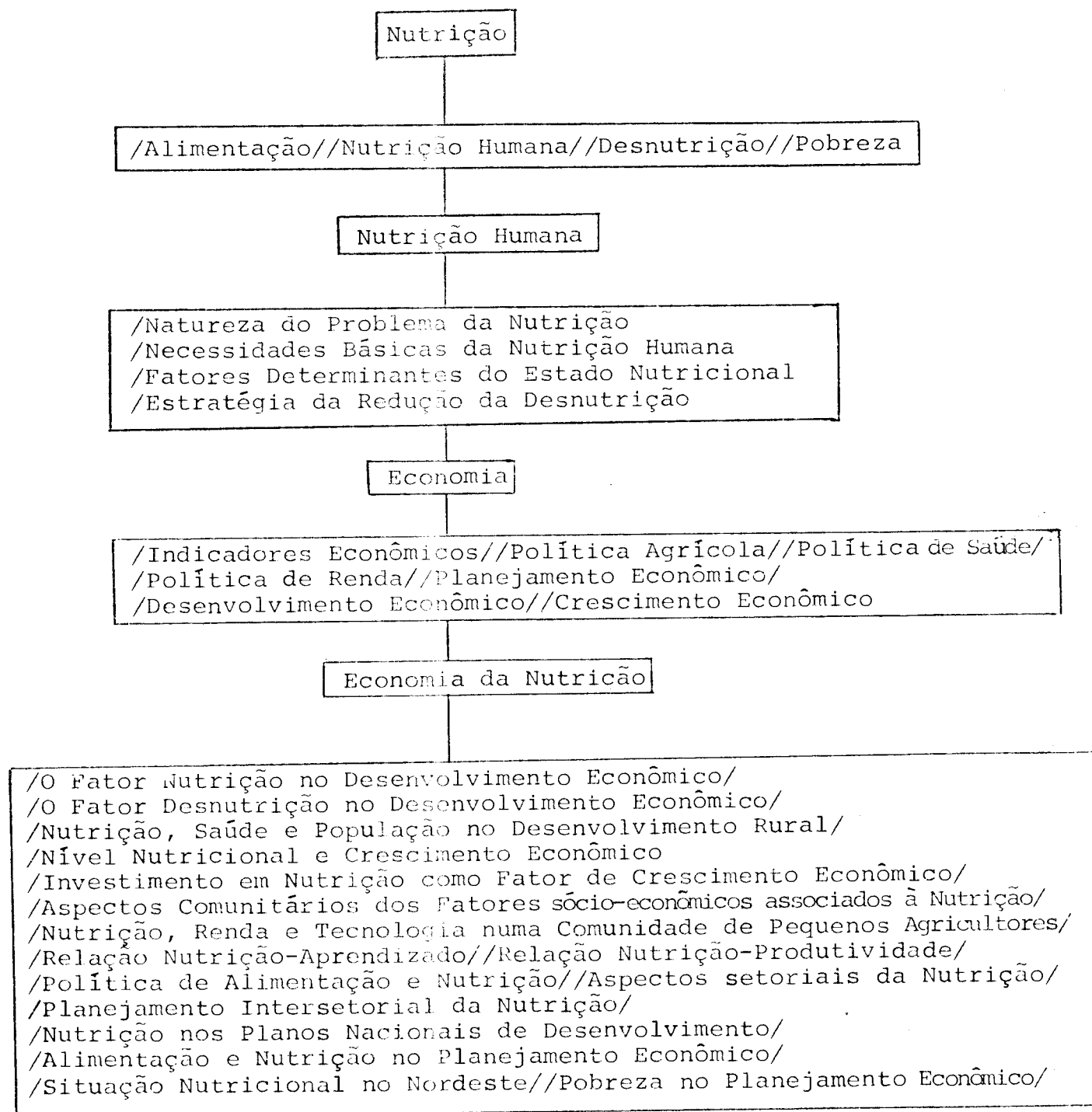
/Arrendamento da Terra/ /Colonização Dirigida/  
/Sistema de Distribuição de Terra/ /Colonização na Transamazônica/  
/Colonização de Terras Públicas Devolutas/Ocupação Territorial/  
/Fronteiras Agrícolas na Amazônia/ /Colonização Planejada/  
/Exploração Agrícola em Pequena Escala/ /Colonização e Minifúndio/  
/Expropriação de Terras não Cultivadas/ /Reforma Agrária/  
/Colonização e Estratificação Social/  
/Projetos Integrados de Colonização Governamental/  
/Projetos de Colonização Privada/  
/Tamanho da Propriedade e Política Agrária/  
/Propriedade Familiar/ /Pequenos Agricultores e Parceiros/  
/Posse da Terra/ /Proprietários e Parceiros/ /Mercado e Pequenos Produtores/  
/Relação Capital-Trabalho e Pequena Propriedade Rural/  
/Produtividade da Terra e Mão-de-Obra e Pequenos Agricultores/  
/Empresa Agrária e Pequenos Produtores e Pequeno Proprietário Familiar/  
/Pequena Produção Familiar e Acumulação de Capital/  
/Mercado de Capital/ /Pequeno Proprietário Rural/  
/Produtores de Baixa Renda/ /Crédito Rural e Pequenos Produtores/  
/Geração de Renda e Pequeno Produtor Familiar/  
/Uso de Crédito e Formação de Capital e Pequenos Proprietários/  
/Fazendeiros e Volantes/ /Arrendamento e Parceria/  
/Mão-de-Obra Volante e Bóia-Fria/ /Parceria e Risco/  
/Trabalhador Volante e Cooperativa de Bóia-Fria/  
/Trabalho Volante de Migrante e Estrutura Fundiária/  
/Pequeno Produtor e Abastecimento de Alimentos e Mercado Interno/

No terceiro exemplo: um assunto específico e seus aspectos genéricos, em que o tema deve ser recuperado, buscando-se termos coordenados com qualquer termo nele contido, ou seja, nutrição humana coordenada com economia da nutrição.

a) Formulação da questão

Economia da Nutrição: trabalhos gerais de aspectos econômicos da nutrição e específicos da economia da nutrição no Brasil. Incluir livros e artigos de periódicos, em português e inglês, no período de 1970-1980 que estejam disponíveis para em préstimo.

b) Esta pesquisa está em processo e para sua primeira fase a estratégia de busca foi assim formulada:



Neste quarto e último exemplo, a questão formulada mostra o interesse do usuário na relação entre a ação planejadora do Governo e as críticas às políticas adotadas para um tema específico:

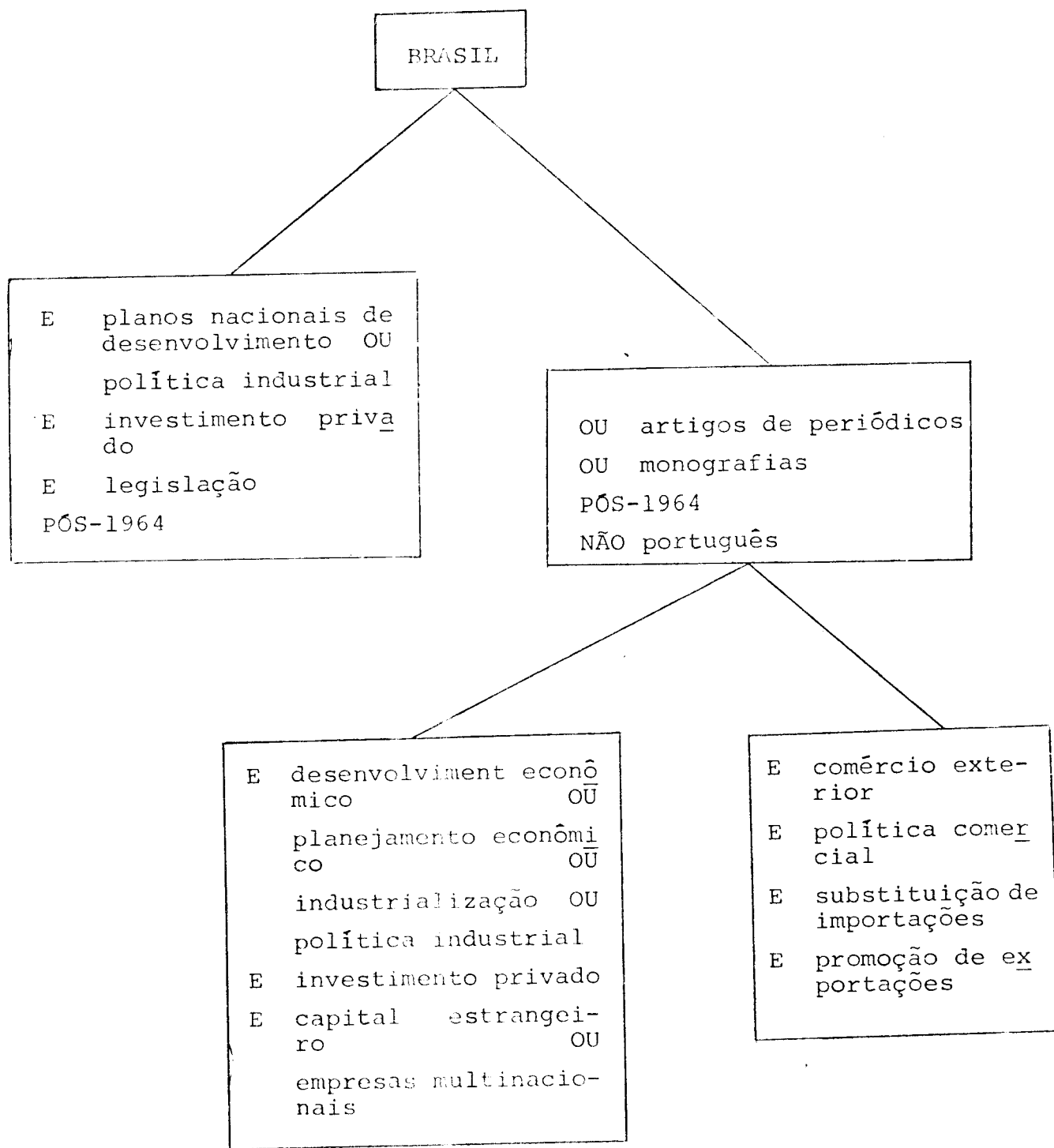
1) Planejamento

- a) Uma síntese da evolução dos objetivos dos diferentes planos de 1964 a 1980, tendo em vista as diferentes estratégias de planejamento; e
- b) De modo preciso, sem ultrapassar o conteúdo dos planos, mostrar o papel dos sucessivos governos no investimento estrangeiro (empresas multinacionais e outras) relacionado com a política de substituição de importações e promoção de exportações, no processo de desenvolvimento econômico.

2) Artigos e análise críticas sobre:

- a) Substituição das Importações;
- b) Promoção das Exportações; e
- c) As Empresas Multinacionais e seu comportamento no Brasil, a legislação e a política relativa a suas instalações.

Como o usuário não lia bem português, procurou-se formular uma estratégia de pesquisa que inclusse o maior número possível de documentos em outros idiomas. A busca foi assim realizada:



As ilustrações apresentadas se limitam a situações pouco complicadas. Mas são igualmente úteis como observação do comportamento de comunicação de uma comunidade cujos membros são, a um só tempo, fonte e usuário da informação.

Além disso, procuram mostrar que um assunto específico não é um conceito simples, é, na verdade, um conjunto complexo de conceitos simples, ou o tema principal de um aspecto particular. Portanto, as modernas técnicas de recuperação da informação precisam possibilitar uma busca mais eficiente e tão simples e econômica quanto permita a complexidade do tema. Devem prover o usuário de instrumentos adequados de tal modo, que ele seja capaz de encontrar "todos" os termos do assunto sobre o qual ele deseja informações.

#### Referências

- BERLO, David K. O Processo da Comunicação: Introdução à Teoria e à Prática. / tradução de Jorge Andrade Fontes. — São Paulo: Martins Fontes, 1979. 296 p.
- VICKERY, B.C. Classificação e Indexação nas Ciências / tradução de Maria Christina Girão Pírolla. — Rio de Janeiro: BNG: Brasilat, 1980. 274 p.

## APÊNDICE

ANEXO À PORTARIA Nº 9 DE 28 DE JANEIRO DE 1974

Atualizado pela Portaria nº 25 de 14 de Junho de 1976

CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA  
CÓDIGO E ESTRUTURA

<u>CÓDIGO</u>	<u>FUNÇÕES</u>	<u>CÓDIGO</u>	<u>PROGRAMAS</u>	<u>CÓDIGOS</u>	<u>SUBPROGRAMAS</u>
01	LEGISLATIVA				
		01	PROCESSO LEGISLATIVO	001x	Ação Legislativa
		02	FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA EXTERNA	002x	Controle Externo
02	JUDICIÁRIA				
		04	PROCESSO JUDICIÁRIO	013x 014x  015x	Ação Judiciária Defesa de Intere resse Público no Processo Judiciá rio Custódia e Rein tegração Social
03	ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO				
		07	ADMINISTRAÇÃO	020x 021x 022x	Supervisão e Co ordenação Administração Ge ral Documentação e Bibliografia

<u>CÓDIGO</u>	<u>FUNÇÕES</u>	<u>CÓDIGO</u>	<u>PROGRAMAS</u>	<u>CÓDIGO</u>	<u>SUBPROGRAMAS</u>
03	ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO				
		07	ADMINISTRAÇÃO		
				023x	Divulgação Oficial
				024x	Processamento de Dados
				025x	Edificações Públi- cas
		08	ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA		
				030x	Administração de Re- ceitas
				031x	Assistência Financeira
				032x	Controle Interno
				033x	Dívida Interna
				034x	Dívida Externa
				035x	Participação Societá- ria
		09	PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL		
				040x	Planejamento e Orça- mentação
				042x	Ordenamento Econômico- Financeiro
				043x	Organização e Moderni- zação Administrativa
				044x	Informações Geográfi- cas e Estatísticas
				045x	Estudos e Pesquisas E- conômico-Sociais
		10	CIÊNCIA E TECNOLOGIA		
				054x	Pesquisa Científica
				055x	Pesquisa Tecnológica
				056x	Desenvolvimento Expe- rimental
				057x	Informação Científica e Tecnológica
				058x	Testes e Análise de Qualidade
				059x	Levantamento de Meio- Ambiente
04	AGRICULTURA				
		13	ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA		
				066x	Reforma Agrária
				067x	Colonização
		14	PRODUÇÃO VEGETAL		
				075x	Defesa Sanitária Ve- getal



<u>CÓDIGO</u>	<u>FUNÇÕES</u>	<u>CÓDIGO</u>	<u>PROGRAMAS</u>	<u>CÓDIGO</u>	<u>SUBPROGRAMAS</u>
04	AGRICULTURA				
		14	PRODUÇÃO VEGETAL		
				076x	Corretivos e Fertilizantes
				077x	Irrigação
				078x	Mecanização Agrícola
				080x	Sementes e Mudanças
		15	PRODUÇÃO ANIMAL		
				087x	Defesa Sanitária Animal
				088x	Desenvolvimento Animal
				089x	Desenvolvimento da Pesca
		16	ABASTECIMENTO		
				094x	Estoques Reguladores
				095x	Armazenamento e Silagem
				096x	Sistema de Distribuição de Produtos Agrícolas
				097x	Inspeção, Padronização e Classificação de Produtos
				098x	Execução da Política de Preços Agrícolas
		17	PRESERVAÇÃO DE RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS		
				103x	Proteção à Flora e à Fauna
				104x	Reflorestamento
				105x	Conservação do Solo
				106x	Jardins Botânicos e Zoológicos
		18	PROMOÇÃO E EXTENSÃO RURAL		
				110x	Cooperativismo
				111x	Extensão Rural
				112x	Promoção Agrária
05	COMUNICAÇÕES				
		21	COMUNICAÇÕES POSTAIS		
				127x	Serviços Postais Convencionais
				128x	Serviços Postais Especiais

<u>CÓDIGO</u>	<u>FUNÇÕES</u>	<u>CÓDIGO</u>	<u>PROGRAMAS</u>	<u>CÓDIGO</u>	<u>SUBPROGRAMAS</u>
05	COMUNICAÇÃO				
		22	TELECOMUNICAÇÕES		
				134x	Telefonia
				135x	Telegrafia
				136x	Serviços Especiais de Telecomunicações
				137x	Radiodifusão
				138x	Cabodifusão
06	DEFESA NACIONAL E SEGURANÇA PÚBLICA				
		26	DEFESA AÉREA		
				160x	Operações Aéreas
		27	DEFESA NAVAL		
				163x	Operações Navais
		28	DEFESA TERRESTRE		
				166x	Operações Terrestres
		29	SERVIÇOS DE INFORMAÇÕES		
				169x	Serviços de Informação e Contra-Infomação
		30	SEGURANÇA PÚBLICA		
				174x	Policiamento Civil
				177x	Policiamento Militar
				178x	Defesa Contra Sinistros
				179x	Serviços Especiais de Segurança
07	DESENVOLVIMENTO REGIONAL				
		34	PROGRAMA DE INTEGRAÇÃO NACIONAL-PIN		
		35	PROGRAMA DE REDISTRIBUIÇÃO DE TERRAS E DE ESTÍMULO À AGRO-INDÚSTRIA DO NORTE E DO NORDESTE - PRO TERRA		
		38	PROGRAMAÇÃO A CARGO DE ESTADOS E MUNICÍPIOS		
				181x	Transferência Financeira a Estados e Municípios
		39	DESENVOLVIMENTO DE MICRO-REGIÕES		

<u>CÓDIGO</u>	<u>FUNÇÕES</u>	<u>CÓDIGO</u>	<u>PROGRAMAS</u>	<u>CÓDIGO</u>	<u>SUBPROGRAMAS</u>
07	DESENVOLVIMENTO REGIONAL				
		40	PROGRAMAS INTEGRADOS	183 x	Programação Especial
08	EDUCAÇÃO E CULTURA				
		42	ENSINO DE PRIMEIRO GRAU	188x 190x	Ensino Regular Educação Pré-Escolar
		43	ENSINO DE SEGUNDO GRAU	196x 197x 198x 199x	Formação para o Se tor Primário Promoção para o Se tor Secundário Formação para o Se tor Terciário Ensino Polivalente
		44	ENSINO SUPERIOR	205x 206x 207x 208x 209x	Ensino de Graduação Ensino de Pós-Gradua ção Extensão Universitá- ria Campus Universitário Ensino de Curta Dura ção
		45	ENSINO SUPLETIVO	213x 214x 215x 216x 217x	Cursos de Suplência Cursos de Suprimento Cursos de Qualifica- ção Cursos de Aprendizagem Treinamento de Recur sos Humanos
		46	EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTOS	223x 224x 227x 228x	Educação Física Desporto Amador Desporto Profissio- nal Parques Recreativos e Desportivos

<u>CÓDIGO</u>	<u>FUNÇÕES</u>	<u>CÓDIGO</u>	<u>PROGRAMAS</u>	<u>CÓDIGO</u>	<u>SUBPROGRAMAS</u>
08	EDUCAÇÃO E CULTURA				
		47	ASSISTÊNCIA A EDUCANDOS		
				234x	Associativismo Estu- dantil
				235x	Bolsas de Estudo
				236x	Livro Didático
				237x	Material de Apoio Pedagógico
				238x	Residência para Edu- candos
		48	CULTURA		
				246x	Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueoló- gico
				247x	Difusão Cultural
		49	EDUCAÇÃO ESPECIAL		
				252x	Educação Compensató- ria
				253x	Educação Precoce
09	ENERGIA E RECURSOS MINERAIS				
		51	ENERGIA ELÉTRICA		
				263x	Geração de Energia Hidrelétrica
				264x	Geração de Energia Termelétrica
				265x	Geração de Energia Termonuclear
				266x	Geração de Energia Não-Convencional
				267x	Transmissão de Ener- gia Elétrica
				268x	Distribuição de Ener- gia Elétrica
				269x	Eletrificação Rural
				270x	Geração de Energia Nucleoelétrica
		52	PETRÓLEO		
		53	RECURSOS MINERAIS		
				289x	Prospecção e Avalia- ção de Jazidas

<u>CÓDIGO</u>	<u>FUNÇÕES</u>	<u>CÓDIGO</u>	<u>PROGRAMAS</u>	<u>CÓDIGO</u>	<u>SUBPROGRAMAS</u>
09	ENERGIA E RECURSOS MINERAIS				
		53	RECURSOS MINERAIS		
				290x	Extração e Beneficia <u>mento</u>
				292x	Levantamentos Geol <u>ógicos</u>
		54	RECURSOS HÍDRICOS		
				296x	Estudos e Pesquisas Hidrol <u>ógicos</u>
				297x	Regularização de Cur <u>sos d'Água</u>
		55	CARVÃO MINERAL		
		56	XISTO		
10	HABITAÇÃO E URBANISMO				
		57	HABITAÇÃO		
				316x	Habitações Urbanas
				317x	Habitações Rurais
		58	URBANISMO		
				323x	Planejamento Urbano
		59	REGIÕES METROPOLITANAS		
		60	SERVIÇOS DE UTILIDADE PÚBLICA		
				325x	Limpeza Pública
				326x	Serviços Funerários
				327x	Iluminação Pública
				328x	Parques e Jardins
11	INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS				
		62	INDÚSTRIA		
				346x	Promoção Industrial
				347x	Produção Industrial
				348x	Importação de Insu <u>mos Industriais</u>

<u>CÓDIGO</u>	<u>FUNÇÕES</u>	<u>CÓDIGO</u>	<u>PROGRAMAS</u>	<u>CÓDIGO</u>	<u>SUBPROGRAMAS</u>
11	INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS				
		63	COMÉRCIO		
				353x	Comercialização
				354x	Promoção Interna do Comércio
				355x	Promoção Externa do Comércio
		64	SERVIÇOS FINANCEIROS		
				361x	Seguros e Capitalização
				362x	Serviços Bancários e Financeiros
		65	TURISMO		
				363x	Promoção do Turismo
				364x	Empreendimentos Turísticos
		66	NORMATIZAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DA ATIVIDADE EMPRESARIAL		
				374x	Marcas e Patentes
				375x	Metrologia
				376x	Registro de Empresas
12	RELAÇÕES EXTERIORES				
		72	POLÍTICA EXTERIOR		
				410x	Relações Diplomáticas
				411x	Cooperação Internacional
13	SAÚDE E SANEAMENTO				
		75	SAÚDE		
				427x	Alimentação e Nutrição
				428x	Assistência Médica e Sanitária
				429x	Controle e Erradicação das Doenças Transmissíveis

<u>CÓDIGO</u>	<u>FUNÇÕES</u>	<u>CÓDIGO</u>	<u>PROGRAMAS</u>	<u>CÓDIGO</u>	<u>SUBPROGRAMAS</u>
13	SAÚDE E SANEAMENTO				
		75	SAÚDE		
				430x	Fiscalização e Inspeção Sanitária
				431x	Produtos Profiláticos e Terapêuticos
		76	SANEAMENTO		
				447x	Abastecimento d'Água
				448x	Saneamento Geral
				449x	Sistemas de Esgotos
		77	PROTEÇÃO AO MEIO-AMBIENTE		
				455x	Defesa Contra a Erosão
				456x	Controle da Poluição
				457x	Defesa Contra as Secas
				458x	Defesa Contra as Inundações
				459x	Recuperação de Terras
14	TRABALHO				
		79	SEGURANÇA, HIGIENE E MEDICINA DO TRABALHO		
				479x	Normatização e Fiscalização da Proteção no Trabalho
				480x	Prevenção do Acidente do Trabalho
		80	RELAÇÕES DO TRABALHO		
				473x	Associativismo e Sindicalismo
				474x	Fiscalização do Exercício Profissional
				475x	Fiscalização das Relações de Trabalho
				477x	Ordenamento do Emprego e do Salário
				478x	Serviço Social
15	ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA				
		81	ASSISTÊNCIA		
				483x	Assistência ao Menor

<u>CÓDIGO</u>	<u>FUNÇÕES</u>	<u>CÓDIGO</u>	<u>PROGRAMAS</u>	<u>CÓDIGO</u>	<u>SUBPROGRAMAS</u>
15	ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA				
		81	ASSISTÊNCIA		
				484x	Assistência ao Silvícola
				485x	Assistência à Velhice
				486x	Assistência Social Geral
				487x	Assistência Comunitária
		82	PREVIDÊNCIA		
				492x	Previdência Social Geral
				493x	Previdência Social Rural
				494x	Previdência Social ao Servidor Público
				495x	Previdência Social a Inativos e Pensionistas
		83	PROGRAMA DE INTEGRAÇÃO SOCIAL		
		84	PROGRAMA DE FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO		
16	TRANSPORTE				
		87	TRANSPORTE AÉREO		
				523x	Infraestrutura Aeroportuária
				524x	Controle e Segurança de Tráfego Aéreo
				525x	Serviços de Transporte Aéreo
		88	TRANSPORTE RODOVIÁRIO		
				531x	Rodovias
				532x	Terminais Rodoviários
				534x	Estradas Vicinais
				535x	Controle e Segurança de Tráfego Rodoviário
				536x	Serviços de Transporte Rodoviário



<u>CÓDIGO</u>	<u>FUNÇÕES</u>	<u>CÓDIGO</u>	<u>PROGRAMAS</u>	<u>CÓDIGO</u>	<u>SUBPROGRAMAS</u>
16	TRANSPORTE				
		89	TRANSPORTE FERROVIÁRIO		
				542x	Ferrovias
				543x	Terminais Ferroviários
				544x	Controle e Segurança de Tráfego Ferroviário
				545x	Serviços de Transporte Ferroviário
		90	TRANSPORTE HIDROVIÁRIO		
				562x	Portos e Terminais Fluviais e Lacustres
				563x	Portos e Terminais Marítimos
				564x	Controle e Segurança de Tráfego Hidroviário
				565x	Serviços de Transportes Marítimo
				566x	Serviços de Transportes Fluvial e Lacustre
				567x	Hidrovias
		91	TRANSPORTE URBANO		
				571x	Serviços de Transportes Urbano
				572x	Transporte Metropolitano
				573x	Controle e Segurança de Tráfego Urbano
				574x	Vias Expressas
				575x	Vias Urbanas
				576x	Terminais Intermodais
		92	CORREDORES DE TRANSPORTE		
		93	TRANSPORTES ESPECIAIS		
				580x	Dutos

